



ENTENDENDO O TERRITÓRIO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Mauricio Monkem, Mirian Ribeiro Baião, Luciene Guimarães de Souza

Todos nós vivemos em um espaço geográfico. Nesse espaço, existem diversas coisas que usamos para facilitar nossa vida: nossa casa, local de trabalho, lugares para encontrar os amigos, para comprar alimentos, comer etc. Para que a sociedade exista, é necessário adaptar esse espaço em que ela se desenvolve. Basta olhar pela janela e ver todas as construções que são feitas nesse espaço, como ruas, estradas, prédios, casas.

Todas essas obras são transformações na natureza feitas para criar um novo ambiente que seja adaptado ao convívio social. Em alguns momentos, é possível até acompanhar essas transformações, como o desmatamento, a demolição de um prédio antigo, a construção de uma estrada. Essas ações humanas mudam a paisagem, o ambiente e o modo de viver das pessoas.

Em vários locais existem ainda características naturais de épocas passadas pouco modificadas pela sociedade: rios, montanhas, florestas. Em geral, quanto mais moderna uma sociedade, mais ela transforma o espaço.

No Brasil, como a sociedade é muito desigual, as pessoas vivem de maneiras diferentes e em condições diferentes.

As transformações realizadas em um lugar (espaço geográfico) afetam a todos que nele vivem. Existem mudanças que beneficiam um grupo de pessoas, mas prejudicam outras. Como vimos, os lugares estão sempre se transformando e essas transformações podem ser harmoniosas ou conflituosas. Isso porque nem todos são iguais. Cada um vive de um modo, tem um tipo de trabalho e uma relação com o ambiente. Num mesmo lugar existem diferentes atores sociais que lutam entre si. Para uns, o lugar deveria ser de uma maneira e, para outros, deveria ser de outra. Por isso existem

conflitos entre esses grupos, e o lugar é sempre o resultado desses conflitos.

PARA REFLETIR

Como você vê o território onde atua e/ou vive? Como os serviços de saúde, educação e assistência social se distribuem no território? Esses setores costumam dialogar, conversar sobre os problemas do território? Existem conflitos, como dificuldade de comunicação ou de atuação em conjunto entre as áreas? Como você acha que deveria ser esse território?

Além disso, o mesmo espaço geográfico é usado de forma diferente pelos grupos. Mesmo que não estejam escritas, existem regras sociais que regulam o uso do território. Casas servem para morar, igrejas, para rezar, áreas de lazer, para se divertir.

Uma pessoa, para viver, precisa trabalhar, fazer compras, encontrar outras pessoas, acessar serviços de saúde, educação, assistência, lazer etc. No dia a dia, as pessoas estabelecem relações com outras pessoas e, portanto, com o seu lugar também. Imagine uma escola. Ela é um lugar em que cidadãos são formados. Para isso, precisa-se de professores, merendeiras, zeladores, entre outros profissionais da educação; de materiais didáticos, equipamentos etc.



Todos os dias chegam a essa escola, e saem dela, coisas e pessoas. Não existem escolas cujos prédios são vazios, sem esses fluxos de materiais e pessoas. Quando identificamos uma escola no nosso território, na verdade estamos apontando um lugar que tem uma localização, uma forma e também uma função. Qualquer objeto geográfico tem fluxos. Milton Santos (1999) dizia que a geografia de um lugar é formada por fluxos e fixos. Quando se elabora um mapa, ou quando simplesmente se observa o campo de trabalho, são destacados os fixos, representados pelas escolas, feiras, hortas, supermercados. Mas é preciso saber que nesses fixos existem também fluxos.

Fluxos são sistemas de circulação e de troca que animam e dão vida aos lugares, aos territórios. Os fluxos podem ser de diferentes

naturezas – de informações, de produtos, de pessoas, de automóveis, de ideias, de cultura, de dinheiro e até mesmo de drogas e doenças. Esses fluxos podem até extrapolar os limites dos territórios locais, tornando-se fluxos regionais, nacionais e até transnacionais. A combinação de alguns deles pode, se não for bem definida e conhecida, causar uma série de problemas para a qualidade de vida das pessoas, desde poluição ambiental, passando pela importação de doenças de outros lugares, até questões econômicas sérias, como a lavagem de dinheiro resultante do tráfico de drogas.

Fixos são sistemas de objetos que compõem a paisagem de um lugar, de um território. Podem ser naturais – morros, rios, lagos etc. – e podem ser construídos pelo homem (casas, fábricas, estradas etc.). Dependendo da localização no território, da função e da qualidade de cada um desses objetos, eles podem ampliar ou diminuir os riscos para a produção da saúde ou de doenças.

A mesma coisa acontece com os outros objetos, como um domicílio, um bar, um posto de saúde, uma escola, um Centro de Referência de Assistência Social (Cras). Quando falamos em função dos objetos

geográficos, estamos também falando dos fluxos e das regras existentes que se relacionam com esses objetos.

Até mesmo um terreno vazio pode ser relevante em um território. Ele pode ser utilizado para a construção de uma horta comunitária, por exemplo, pode ser um espaço para atividade física ou até mesmo para a realização de feiras de alimentos produzidos por agricultores locais. Ou seja, existe um imaginário sobre esse local, pensamos nele, nos relacionamos com ele, queremos transformá-lo.

LUGARES, TERRITÓRIOS E POPULAÇÃO

O território está sempre relacionado a uma área delimitada onde a vida acontece, submetida a certas inter-relações, regras ou normas. Para atender as necessidades do município, os setores de saúde, educação e assistência social atuam no território usando como referência critérios definidos pelas políticas setoriais, quais sejam:

- Para a saúde, de acordo com as normas da Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2011): uma Unidade Básica de Saúde (UBS) sem Saúde da Família em grandes centros urbanos, para atender no máximo 18 mil habitantes; e uma UBS com Saúde da Família em grandes centros urbanos, para atender no máximo 12 mil habitantes.

- Para a educação, essa atuação se dá por meio das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), que representam as secretarias na área de sua jurisdição. Cada coordenadoria é responsável pelas políticas relacionadas à sua região, tendo como atribuições coordenar, orientar e supervisionar escolas, oferecendo suporte administrativo e pedagógico para a viabilização das políticas da Secretaria.

- Para a assistência social, a atuação varia de acordo com as normas da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que prevê o número de famílias referenciadas de acordo com o porte do município, classificado pelo Censo do IBGE:

- ⊙ Pequeno Porte I – mínimo de um Cras para até 2.500 famílias referenciadas.
- ⊙ Pequeno Porte II – mínimo de um Cras para até 3.500 famílias referenciadas.
- ⊙ Médio Porte – mínimo de dois Cras, cada um para até cinco mil famílias referenciadas.
- ⊙ Grande Porte – mínimo de quatro Cras, cada um para até cinco mil famílias referenciadas.
- ⊙ Metrôpoles – mínimo de oito Cras, cada um para até cinco mil famílias referenciadas.

Embora possam existir diferenças na delimitação do território por esses diferentes setores, a articulação de saberes e experiências governamentais e não governamentais (o trabalho intersetorial) pode superar as dificuldades impostas por uma lógica político-organizacional fragmentada. Além disso, a intersectorialidade é uma estratégia essencial para responder à complexidade das demandas dos cidadãos que vivem em um território.

Essas divisões e subdivisões dos diferentes setores no território são espaços de poder, de domínio público ou privado, seja ele de caráter administrativo, gerencial, econômico, político, cultural ou religioso, dentre outros. Esse poder existe também nas redes de relacionamento humano que se constroem no espaço.



Mesmo que não seja visível, ainda que não se exerça de forma organizada, ou mesmo que as pessoas não sejam conscientes dele, o poder das populações pode ser exercido por meio das atividades cotidianas.

Por isso é importante que **todos** estejam conscientes de suas potencialidades, do que são capazes de fazer e de como intervir para melhorar as realidades em que vivem.

O fato de cada território ter uma população não quer dizer que ela esteja uniformemente distribuída no território. As principais diferenças dentro de um território são as populações rurais e urbanas. Nas áreas urbanas, o povoamento é mais denso e, nas rurais, mais disperso e rarefeito. Isso pode ser percebido por meio de indicadores, como a densidade demográfica, mas também pela observação dos modos de vida. As pessoas nessas áreas vivem e trabalham de formas bastante diferentes.

Em geral, a localização de populações em um território não é uma escolha das pessoas, mas influenciada pela história da ocupação, pela apropriação do território, que acabam fazendo com que pessoas com características e perfis semelhantes vivam nos mesmos espaços. Dessa forma, em uma cidade, a urbanização será mais ou menos completa, segundo as circunstâncias de

vida das pessoas, como o nível econômico e sua inserção nos processos produtivos.

O território é onde a vida acontece, onde a rede de fixos e fluxos se constrói e reconstrói no cotidiano, onde a solidariedade aparece. O território (não importa o tamanho) é composto por lugares que são transformados pelos sujeitos que habitam e transitam neles. Dessa forma, reconhecendo o território de forma integrada e intersetorial, encontraremos estratégias e recursos tanto para o fortalecimento de sua comunidade quanto para sua transformação em um espaço melhor de convivência, ou seja, para a ampliação de suas capacidades.

Por isso, é essencial revermos o território por dentro, investigarmos sua constituição e história, para entrar em contato com o cerne da vida humana e coletiva, especialmente quando planejamos desenvolver ações educativas que busquem a autonomia das pessoas e a ampliação das suas capacidades.

O TERRITÓRIO E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode ser definida como um campo de conhecimento e prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que

visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012).

Para atuar em EAN é preciso entender como se estabelecem e se inter-relacionam as condições econômicas, sociais, culturais, entre outras, em um território.



Os modos de comer e as escolhas alimentares são exemplos ilustrativos da diversidade entre lugares e territórios. Os alimentos que são produzidos e vendidos no território, aqueles escolhidos para as refeições diárias, os alimentos ou as preparações para festividades, as formas de preparo, os modos de comer, os horários das refeições, entre outras possibilidades, podem variar em diferentes lugares. Tais aspectos compreendem as práticas alimentares dos grupos sociais, que incluem também os sentidos e significados atribuídos aos alimentos e à alimentação.

Ana Maria Canesqui (2005) aponta que:

A análise da prática alimentar cotidiana não se restringe aos alimentos apropriados em si mesmos, mas aos seus usos e modos de consumo, que envolvem seleção e escolhas, quem consome, como são adquiridos e preparados, quando e por quem são consumidos, ocasiões e adequações de consumo, juntamente com regras, crenças e significados que acompanham o consumo alimentar e a própria alimentação, sempre carregados culturalmente

A EAN situa-se prioritariamente no conjunto de ações articuladas voltadas para o desenvolvimento comunitário e de habilidades pessoais/grupais. Há também necessidade de encontrar o equilíbrio entre aquilo que as pessoas podem transformar, por meio da ação conjunta, e o que o ambiente determina e possibilita. A articulação no território contribui para a superação dos desafios de natureza política, organizacional e cultural e promove a formação de redes de serviços para sustentar as ações comunitárias e/ou individuais.



A leitura do relatório sobre o Encontro de EAN, para discussão conjunta das suas diretrizes, ajudará a pensar as ações de EAN no território. Acesse esse documento no endereço: <http://goo.gl/nJ1N09>.



Porém, para que essas ações de EAN possam contribuir e se expressar plenamente nas práticas alimentares, é imprescindível reconhecer que as pessoas e os lugares têm suas histórias, sua cultura e seus saberes. Além disso, todo processo educativo é uma troca de vivências e deve ter como missão o desenvolvimento da autonomia, da crítica reflexiva e da liberdade dos sujeitos.

Neste curso, você vai construir com seus colegas de equipe uma proposta de ação voltada para a Educação Alimentar Nutricional (EAN) no território-base pactuado pelo grupo.

Essa ação só será capaz de promover a autonomia e liberdade dos sujeitos se for construída levando-se em consideração quem são essas pessoas, que locais habitam, que hábitos praticam, em que acreditam. Em outras palavras, ela só será verdadeiramente uma ação educativa se levar em consideração os sujeitos para os quais será pensada. Por isso, aproveite essa primeira parte do curso e conheça a fundo o seu território. Mergulhe na sua história. Converse com as pessoas. Observe os espaços e as dinâmicas. Aproprie-se desse território vivo!



APROFUNDANDO SEUS CONHECIMENTOS

Este texto que você acabou de ler foi extraído do texto “Entendendo o território: uma contribuição para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no contexto do Programa Bolsa Família”, que se encontra disponível na biblioteca do curso (BARCELLOS; ROJAS, 2014). No texto original, você encontra, ainda:

- uma discussão mais detalhada sobre condições de vida e vulnerabilidade social, na qual o território é abordado sob uma perspectiva de lugar demarcado histórica e socialmente, onde os problemas e as necessidades da população variam;
- algumas reflexões sobre como atuar no território em favor da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

Recomendamos a leitura!

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Christovam; ROJAS, Luisa Iñiguez. *O território e a vigilância em saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2003.

Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde – PROFORMAR.

BARCELLOS, Christovam; ROJAS, Luisa Iñiguez. *Entendendo o território: uma contribuição para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no contexto do Programa Bolsa Família*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF, 2012.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF, 2011.

CANESQUI, A. M. Mudanças e permanências da prática alimentar cotidiana de famílias de trabalhadores. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 167-210.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.